



A QUESTÃO DEMOGRÁFICA BRASILEIRA

Juacy da Silva

O perfil do crescimento populacional do Brasil tem levado pesquisadores, homens de governo e correntes de pensamentos, nos últimos tempos, a analisar o assunto partindo de diferentes enfoques, ora alarmistas, ora realistas com dimensões culturais ou estruturais. Em conferência proferida em 1º de outubro de 1986, no Ciclo de Extensão "Caminhos Brasileiros para o Desenvolvimento", da ADESG, o Professor Juacy da Silva analisa, de maneira metódica, objetiva e bastante completa, o quadro demográfico brasileiro, tomando como base o período 1940/80.

INTRODUÇÃO

Indubitavelmente o ritmo e o perfil do crescimento populacional no Brasil tem se constituído em objeto de estudo de forma mais intensa nos últimos anos.

Esta súbita atenção tem levado pesquisadores, homens de governo e correntes de pensamento a analisarem o assunto a partir de diferentes enfoques.

Para alguns, a questão se coloca como um dilema diante do qual a busca de uma solução deve ser imediata, urgente e a todo

custo. Para estes a situação se afigura como uma explosão que, fatalmente, destruiria a Nação e, em escala mundial, colocaria em risco a própria sobrevivência da humanidade. É o fantasma malthusiano que ainda permanece.

A argumentação básica é a de que as altas taxas de crescimento populacional neutralizam todo e qualquer esforço de desenvolvimento. População, nesta perspectiva, é mero denominador de equações econômicas, e não é outra a razão quando se afirma que aquela se constitui em causa primeira de uma série de dificulda-

des e problemas de ordem econômica, social e política, que tanto afetam o país.

Para outros, a questão demográfica apresenta uma dimensão conjuntural de um lado e estrutural de outro.

Quanto à dimensão conjuntural, longe de ser causa das vicissitudes que fustigam a Nação, guarda uma relação de complementariedade.

No que diz respeito à dimensão estrutural, não pode a mesma ser analisada de forma desvinculada da evolução histórica, cultural, política, econômica e social da Comunidade Nacional.

Não se trata, portanto, de isolar a variável ou fator demográfico como o único ou o mais importante em termos explicativos, para a maioria das mazelas que afetam normalmente a Nação e, de forma mais aguda, nos momentos de crise.

Nesse sentido, todo momento de crise contribui para o surgimento de tendências catastróficas. Urge que o espírito racional e a lucidez conduzam à análise e à interpretação dos fatos, e que a busca de soluções não seja realizada de forma intempestiva, pois em qualquer campo da ação humana, principalmente quando esta se volta para a Comunidade Nacional, as falhas comprometem irremediavelmente o seu futuro.

Assim, a formulação de uma Política Demográfica deve estar calcada em uma correta análise da realidade Nacional, no que se refere à dinâmica populacional em termos de seu evoluir, as in-

ter-relações entre os seus componentes e o grau de envolvimento com os fatores e as expressões do Poder Nacional.

EVOLUÇÃO RECENTE DO CRESCIMENTO POPULACIONAL DO BRASIL

Antes de descer a detalhes quanto ao perfil mais recente do crescimento demográfico brasileiro, há que se mencionar a precariedade de dados e mesmo as limitações que estes apresentam em alguns aspectos.

Nesse sentido, a diversidade de conceitos, de metodologia, de coleta, de tabulação e apresentação, nem sempre permite uma análise profícua em termos de longos períodos ou séries estatísticas.

No entanto, mesmo enfrentando essas limitações, não se pode entender a questão demográfica brasileira hoje sem um referencial histórico que indique a sua evolução no passado mais recente, propiciando a base para uma análise de tendência.

Tomando-se o período de 1940 e 1980, verifica-se que a população brasileira passou de 41 para 119 milhões (188,8%), o que para alguns é assustador e, para outros, apenas um fato normal.

No entanto, verifica-se que esta expansão não ocorreu uniformemente em todas as regiões. Desenha-se um perfil onde a Região Nordeste perde parcela de seu peso específico (de 35% em 1940 para 29,3% em 1980), en-

quanto as regiões Norte (3,5% para 4,9%), Centro-Oeste (3% para 6,3%) e Sul (13,9% para 16%) aumentam, ligeiramente, a sua representatividade quanto ao total da população, restando à Região Sudeste uma mesma posição relativa, porém em ligeiro declínio (de 44,5% para 43,5%).

Desta forma nota-se, em 40 anos, apenas uma ligeira alteração do perfil da distribuição espacial da população, mantendo-se a concentração ao longo do litoral.

Se traçarmos uma linha imaginária, paralela à Costa Atlântica, longe desta 150km, em uma área que representa 10% do território nacional, verificamos que nela se localizam, aproximadamente, 50% da população urbana e 34% da população total. Nessa mesma área, estão situadas 16 das 25 capitais e oito das nove regiões metropolitanas.

Tal fato bem demonstra que, além de possuímos uma baixa densidade demográfica, parcela significativa da população continua a se concentrar em uma estreita faixa litorânea, apesar de todo o esforço com vista à ocupação do interior e uma maior integração nacional.

O incremento total no período varia de 141,5% para a Região Nordeste, a 499,4% para o Centro-Oeste, passando a 182,1% para o Sudeste, 232% para o Sul e 302,5% para o Norte.

Da mesma forma, quando os dados são desagregados a níveis rural e urbano, essa variação se acentua, inclusive entre as regiões.

De um modo geral, a característica marcante é o rápido crescimento da população urbana e o declínio relativo da população rural, principalmente no último período intercensitário.

Destaca-se, por exemplo, o caso da Região Sudeste, que tem um declínio real da população rural, passando de 11 para, aproximadamente, 9 milhões.

No entanto, mesmo que no global tenha havido um declínio relativo da população rural, com exceção do Sudeste, todas as demais regiões acusam incremento demográfico, entre 1940/80, variando de 56,3% no Nordeste a 146,7% no Centro-Oeste e 169,4% na Região Norte.

Quanto ao quadro urbano, aí se encontra a característica marcante de nosso perfil demográfico. O Brasil deixa de ser um país rural e passa à condição de urbano.

Em 1940 o meio urbano representava apenas 31,2% de toda a população, passando para 67,6% em 1980. Em termos absolutos passa de 12,9 milhões para 80,5 milhões, aproximadamente, enquanto a população rural passa de 28,4 milhões para 38,6 milhões. Em termos percentuais isto representa um crescimento de 36,2% para a população rural, em contraste com 524,8% para a população urbana.

Essa variação da população urbana ocorre de forma intensa em todas as regiões, sempre superior a 420,1%, como o incremento registrado na Região Nordeste, atingindo a 1.790% no Centro-

Oeste. Consta-se que ao longo do período a proporção da população urbana, em relação à população total, aumenta significativamente em todas as regiões.

Enquanto, em 1940, este percentual, a nível nacional, se situava em torno de 31,2% e a Região Sudeste, a mais urbanizada, alcançava 39,4%, em 1980, o Nordeste, como região de menor taxa de urbanização, apresenta 50,4% de sua população vivendo nas cidades, com a região Sul atingindo a cifra de 82,8%.

Nesse particular, as taxas anuais de crescimento urbano são bastante superiores ao do total da população, indicando a tendência dominante que é a concentração urbana.

Por exemplo, na década de 1970/80 essas taxas variavam de 4,1% para as regiões Nordeste e Sudeste, a 4,5% para o Brasil, 5,2% para a Região Sul, 7,2% e 9,1% para as regiões Norte e Centro-Oeste, respectivamente.

Essa tendência demonstra que também nas regiões pioneiras (fronteiras agrícolas) a concentração urbana é uma característica marcante em termos de perfil demográfico. Não mais se processa o modelo ocorrido na década de 1940/50, quando da ocupação do Oeste paulista e Norte paranaense, onde o meio rural era o grande absorvedor dos excedentes demográficos.

Tal modelo era baseado no regime de propriedade familiar, enquanto na ocupação das novas fronteiras do Centro-Oeste e Amazônia a tônica é a grande

propriedade, com baixa capacidade de absorção dos chamados excedentes demográficos, com certas exceções, como no caso de Rondônia, e algumas tentativas em Mato Grosso e ao longo da Transamazônica.

De qualquer forma, tal fato apenas reforça o caráter urbano a que nos referimos anteriormente, como perfil demográfico no período considerado.

Outra característica marcante que define o perfil no período e as tendências futuras, além da urbanização crescente, é a concentração demográfica cada vez mais significativa nas áreas denominadas de regiões metropolitanas e, fora destas, nas capitais de Estados.

Enquanto a população brasileira cresceu de 27,8% no período de 1970/80, a população residindo nas regiões metropolitanas experimentou em conjunto um incremento de 45%.

Alguns casos são surpreendentes, como as regiões metropolitanas de Curitiba (75,7%), Belo Horizonte (58,3%), São Paulo e Salvador (54,7% e 54,0% respectivamente), Belém e Fortaleza (55,4%). Somente as regiões metropolitanas de Recife e Rio de Janeiro não se distanciaram da média nacional, 31,0% e 27,3%, respectivamente.

Constatam-se elevadas taxas médias geométricas de crescimento anual bem superiores à média nacional, o que fortalece a convicção de que nessas regiões o componente migratório continua sendo o fator preponderante em

termos de explicação para o elevado índice de crescimento demográfico, quando comparado com o incremento natural.

Dados apresentados por Merrick e Graham, referentes ao período de 1960/70, para essas mesmas regiões indicam que as correntes migratórias contribuíram no incremento populacional dessas áreas em percentual que variam de 34,8%, em Belém, a 81%, em Porto Alegre, com indicações para Belo Horizonte, que variam de 66,9%, entre 1960/70, para 85%, entre 1970/80.

No que concerne à população das capitais o seu incremento, entre 1940 a 1980, é da ordem de 406,6%, passando de 5,7 para 28,6 milhões de habitantes. Basta referir que em 1940 havia entre as capitais apenas duas cidades com mais de 1 milhão de habitantes.

Esse perfil evolui para cinco cidades com mais de 500.000 habitantes e duas com mais de 1 milhão em 1960, passando para cinco cidades em cada grupo referido, atingindo, finalmente, três cidades com mais de 500 mil e nove com mais de 1 milhão de habitantes em 1980. Apenas uma destas, São Paulo, tem mais habitantes do que todas as capitais em 1950, confirmando novamente o argumento quanto ao peso das migrações internas no incremento populacional urbano.

Não é desconhecida a inter-relação que existe entre os três componentes da dinâmica populacional. Referimo-nos à natalidade, à mortalidade e à fertilidade. O crescimento populacional de-

corre do saldo líquido da interação desses componentes.

A nível de distribuição espacial, seja em termos regionais, seja em termos rural/urbano, a migração é um componente significativo, agindo mesmo sobre os demais e daqueles recebendo influência.

No entanto, deve-se reconhecer que a nível nacional, ou seja, enquanto fator explicativo do crescimento total da população, no caso brasileiro, a influência da migração foi significativa entre 1870 a 1940, quando praticamente baixou 1,8% (1940/50) para 0,0% (1970/80).

Quanto às taxas de natalidade, estas têm caído de 46,6 por 1.000 entre 1870/90, para 33,0 por 1.000 entre 1970/80. Deve-se observar no entanto que, no período de 1840 a 1940, praticamente as taxas de natalidade se mantêm estáveis, pouco se alterando. Entre 1940 a 1980 ocorre uma certa redução de 43,5 para 33,0 por 1.000, além da redução das correntes migratórias rurais.

Seria lógico, portanto, que tivesse ocorrido uma redução substancial no ritmo de crescimento demográfico, já que entre 1940 e 1980 a taxa de natalidade experimentou um declínio de 24,14%.

Todavia, de uma situação de relativo equilíbrio entre elevadas taxas de natalidade, passou-se para outra onde a natalidade declinou sensivelmente, enquanto a mortalidade foi reduzida, drasticamente, de 24,8 para 8,1 por 1.000, o que significa uma queda de 67,34% no mesmo período.

Aí se encontra a verdadeira razão de uma certa elevação e posterior declínio da taxa de crescimento da população, passando de 20,5 entre 1921/40 para 30,0 entre 1950/60, reduzindo-se para 27,9 e 24,9 entre 1960/70 e 1970/80, respectivamente.

Em que pese o fato de ter ocorrido uma drástica redução na taxa geral de mortalidade no Brasil, no período considerado, quando os dados são desagregados a nível regional, verifica-se que há uma marcada diferença para o Nordeste, em relação ao Sul.

O mesmo ocorre quanto à mortalidade infantil, onde todas as regiões experimentam uma redução. No entanto, enquanto a Região Sul baixa de 6,78 para 4,61, no Nordeste esta redução é de 15,09 para 10,72, ainda acima da média nacional que é de 6,81.

Esse mesmo diferencial se apresenta em termos de áreas urbana e rural, o que embasa o argumento no sentido de que ainda é possível ocorrer uma redução sensível nas taxas de mortalidade geral e infantil, por regiões e áreas no Brasil. Tal declínio certamente poderá pressionar, em um primeiro momento, as taxas de crescimento populacional.

O peso da mortalidade infantil na taxa de mortalidade geral ainda é bastante significativo no Brasil, observando-se que isto é mais patente nas regiões Norte e Nordeste. No período de 1976/80, essa relação foi mantida inalterada na Região Norte (26,6% para

26,5%), enquanto no Nordeste baixa de 32,4 para 30,4%.

Do balanço entre as taxas de natalidade e de mortalidade, verifica-se que as taxas (anuais) médias geométricas de crescimento populacional no Brasil apresentam, desde 1950 até 1980, uma tendência ao declínio, passando de 2,99 para 2,89, até atingir 2,49 no último período intercensitário.

Tudo leva a crer que essa tendência deve ser mantida nas décadas seguintes, atingindo, ainda na presente década, taxa média geométrica (anual) em torno de 2,0 a 2,1, o que contribuirá para uma alteração do perfil do crescimento populacional brasileiro, livrando-o das previsões catastróficas que, em alguns momentos, são apresentadas.

A evidência empírica nos conduz a visualizar esta tendência de declínio. Nada há que possa reverter-la de forma significativa levando-a em outra direção.

POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Um argumento muito utilizado desde que Malthus apresentou o seu estudo "Essay on the Principles of population", em 1879, quando então passou a ser a coluna vertebral da teoria malthusiana e, mais recentemente, no neomalthusianismo, é que a população tende a multiplicar-se em progressão geométrica, enquanto os meios de subsistência se multiplicam em progressão aritmética.

Essa mesma linha de argumentação é utilizada quanto aos demais bens e serviços que normalmente deveriam estar disponíveis no mercado, mas que, em razão do crescimento mais acelerado da população, normalmente a camada mais pobre contribui para que os mesmos se tornem escassos.

Assim sendo, a forma correta para atingir o equilíbrio entre a oferta e a demanda seria a redução das taxas de crescimento populacional, preponderantemente da camada mais pobre, reduzindo-se, desta maneira, a pobreza, a miséria, a intranquilidade, a marginalização e outros aspectos correlatos.

A única maneira de se analisar esta relação é através do confronto entre teoria, idéias e a realidade.

No caso brasileiro, após análise da evolução recente e das tendências quanto ao crescimento demográfico, percebe-se claramente o seu perfil. A grosso modo, como um todo, a população brasileira cresceu 41,2 milhões,

em 1940, para 119 milhões de habitantes em 1980, apresentando nos últimos 40 anos uma tendência declinante em termos de taxas médias geométricas de crescimento (incremento de 188,8% entre 1940/80).

Necessário se torna confrontar esse perfil, essa tendência do crescimento populacional com alguns aspectos econômicos e psicossociais.

A nossa hipótese de trabalho é simples: se a explicitação neomalthusiana for correta e as taxas de crescimento que representam a oferta de bens e serviços, neste caso indicadores econômicos e psicossociais, estiverem abaixo das taxas de crescimento populacional, a evidência é que a sociedade se encontra face ao dilema de demanda superior à capacidade de oferta.

Tomando-se os índices de crescimento do produto real, por setor de atividade e sua variação per capita entre 1940 e 1980, tendo como base 1949 (índice 100), verifica-se no período a seguinte configuração:

INDICADORES DE TENDÊNCIA BRASIL - 1940/80

Setor	1940	1980	Varição (%)
Agricultura	75,9	367,4	384,1
Indústria	52,7	1.268,0	2.306,1
Comércio	60,6	821,8	1.256,1
Transporte e comunicação	42,5	1.359,0	2.197,6
Total do produto real	60,6	829,5	1.268,8
Produto real per capita	74,7	380,1	408,8

Fonte: FIBGE - Dados censitários diversos

Nota-se que todos os grandes setores da economia, além do total do produto real e do produto real **per capita**, cresceram substancialmente acima do incremento demográfico do país.

Vejamos, a seguir, uma série de dados relativos à produção agropecuária e que dizem respeito à oferta de alimentos e algumas matérias-primas importantes, tanto em termos de alimentação humana como geradores de divisas, emprego e tributos.

Aqui se abre um parêntese para se tocar de forma rápida sobre as funções que normalmente se espera do setor primário da economia.

Cabe ao setor primário, particularmente à agropecuária, pelo menos quatro funções. A primeira é produzir alimentos e matérias-primas para o parque industrial, a segunda é gerar divisas através da exportação de excedentes, a terceira é absorver mão-de-obra, basicamente de baixa qualificação e a última é contribuir para a ocupação do território, via expansão das fronteiras agrícolas.

Confrontando o desempenho da agricultura no Brasil, em que pese os baixos índices de produtividade no setor, dos métodos rotineiros utilizados em termos gerais, de práticas predatórias e outras características que a colocam na categoria de arcaica ou tradicional, ainda que pontilhada de ilhas de inovação, uso intensivo de capital e tecnologia progressiva, constata-se que, ao longo das últimas quatro décadas, o

balanço lhe é favorável amplamente.

De início percebe-se uma modernização de forma acelerada, mesmo que esta transformação ainda esteja localizada basicamente no Sul e bolsões do Sudoeste, Centro-Oeste, Amazônia e Nordeste. Por exemplo, de 3.380 tratores utilizados em 1940, este total passa para 530.691 em 1980, e o uso de fertilizantes, corretivos e defensivos, tem um incremento significativo da última década. O rebanho bovino cresce de 34,4 milhares para 122,6 milhões de cabeças, enquanto o suíno dobra no mesmo período. A área destinada à lavoura tem um avanço de 161,1%, passando de 18,8 milhões para 49,2 milhões de hectares, enquanto a de pastagem passa de 88,1 para 200,4 milhões de hectares.

Quanto a alguns produtos, observa-se a evolução mostrada no quadro da página seguinte.

É de todos sabido que em matéria de modernização da agropecuária brasileira há um longo caminho a percorrer. Grande parte do aumento de produção ainda se faz pela incorporação de novas áreas, dentro do princípio de que dispomos de um vasto potencial agrícola (novas fronteiras) a incorporar. Os ganhos de produtividade, mesmo que já sejam significativos a nível de Região Centro-Sul, ainda assim deixam a agropecuária nacional bem aquém de outros países, quanto à maioria dos produtos. É de todos conhecido o baixo índice de desfrute do rebanho nacional, vastas

INDICADORES DE TENDÊNCIA
BRASIL - 1940/80

Produto	Quantidade produzida (1.000/t)		
	1940	1980	%
Arroz	1.196,5	8.041,1	572,0
Cacau	108,1	343,2	217,5
Café	1.201,2	2.105,5	75,5
Cana	17.920,7	149.749,1	735,6
Feijão	681,2	1.654,4	142,9
Fumo	102,8 (1950)	315,3	206,7
Milho	5.359,9	15.563,9	190,4
Soja	45,0 (1950)	12.593,9	17.867,7
Trigo	96,9	2.536,3	1.517,4
Batata-inglesa	1.112,6 (1960)	1.939,5	74,3
Laranja (1.000/Dz)	8.359,9 (1960)	54.459,1	561,4
Leite (1.000 l)	4.896,8 (1960/79)	10.187,2	108,0

Fonte: FIBGE: Dados censitários diversos.

áreas ainda há em que o sistema produtivo é totalmente empírico.

Diante disso, ou seja, da disponibilidade de áreas a serem incorporadas (novas fronteiras, cercados, várzeas) e do baixo índice de produtividade de boa parte do setor, podemos identificar indícios de que existe um potencial considerável a ser transformado em produção agropecuária, favorecendo a equação população x alimentos.

Todavia, há que se considerar outras facetas do problema, como distribuição e consumo, parâmetros que fogem ao objetivo desta análise no momento.

Outro aspecto importante, sendo mesmo considerado como

um indicador importante de desenvolvimento, é o da produção de energia elétrica, porquanto passa a ser condição necessária a uma série de outras condições envolvendo o bem-estar, produção, geração de empregos etc.

A produção de energia elétrica no Brasil entre 1952 a 1980, em kw/h, passou de 10.029 para 137.349, apresentando um crescimento acima de qualquer parâmetro demográfico considerado. O mesmo ocorreu com a produção de aço bruto, que passou de 141,2 para 15.339 mil toneladas.

Alguns indicadores psicossociais também devem ser apresentados, referentes ao período de 1960/80, quando o crescimento demográfico foi de 69,6%:

INDICADORES DE TENDÊNCIA
BRASIL - 1960/80

Indicador	1960 (Milhares de domicílios)	1980	Variação (%)
Domicílio próprio	7.739,1	16.155,4	108,8
Domicílio alugado	3.027,2	5.686,5	87,8
Rede de água	2.833,6	14.073,0	396,6
Rede de Esgoto	1.871,1	6.950,0	271,4
Sem inst. sanitária	6.613,1	6.019,3	-9,0
Fossa séptica	1.612,1	4.015,6	149,1
Fogão a gás	2.467,3	16.216,0	557,2
rede elétrica	4.064,0	17.817,4	338,4
Geladeira	1.479,0	13.089,4	785,0
Televisão	602,0	14.518,9	2.311,8
Automóvel	235,0	5.932,8	2.424,6

Fonte: FIBGE: Dados censitários diversos.

Verifica-se, de forma cristalina, que à luz dos indicadores psicossociais apresentados ocorreu o atendimento de uma demanda contida muito além de qualquer incremento demográfico verificado no período analisado. Esses fatos bem demonstram que a sociedade brasileira possui canais de mobilidade social e mecanismos de atendimento para inúmeras das necessidades básicas do homem.

Vejamos, ainda, alguns outros indicadores psicossociais, a fim de cotejá-los à luz do crescimento

demográfico do período considerado.

Entre 1950 e 1980, o crescimento populacional foi da ordem de 129,2%. Enquanto isso, o número de leitos hospitalares passou de 165.681 para 475.382 no período de 1950/78, numa variação positiva de 186,9%, e o número de médicos passou de 19.593 para 127.305, ou seja, 549,75%.

Para o período de 1960/80, a matrícula nos diversos níveis de ensino também apresentou um crescimento significativo, conforme o quadro a seguir:

Nível	1960 (Milhares)	1980	Variação (%)
1º Grau	6.454,8	21.473,1	232,7
2º Grau	960,5	2.519,1	162,3
Superior	101,6	1.225,6	1.106,3
Total	7.516,9	25.217,8	232,5
Incremento demográfico (1960/1980)			69,6

Fonte: FIBGE: Dados censitários diversos.

A educação sempre tem sido encarada como um fator que age de forma efetiva no desencadeamento e aceleração do processo de desenvolvimento. Não se desconhece os seus efeitos diretos e indiretos em termos de qualificação para o trabalho e como canal de mobilidade social. Dessa forma, os dados apresentados bem demonstram que também

nesta dimensão foi possível atender não apenas à demanda representada pelo incremento demográfico, como também uma demanda contida por outros motivos que não este.

Outro dado interessante diz respeito à evolução da taxa de alfabetização no período de 1940/80, desagregado por sexo.

Taxa de alfabetização	Distribuição percentual	
	1940	1980
Sexo		
Masculino	50,2	75,7
Feminino	37,5	72,3
Total	43,8	73,9

Fonte: FIBGE: Dados censitários diversos.

Percebe-se que da população com 15 anos ou mais, em 1940, apenas 37,5% das mulheres e 50,2% dos homens sabiam ler e escrever, passando esta situação para 72,3% e 75,7%, respectivamente, em 1980. Nota-se também que, além de haver um crescimento significativo para ambos os sexos, o diferencial entre homens e mulheres, que em 1940 era patente, passa a ser insignificante quatro décadas após.

Outro fator que desempenha papel de destaque em qualquer análise demográfica é o trabalho. A estrutura ocupacional no Brasil tem mudado de forma significativa no período de 1940/80. Como sói acontecer, à medida que a Na-

ção deixa de ter sua base econômica e social na vida rural e assenta-se na cidade, tendo os setores secundário e terciário como novos pólos de dinamismo, é lógico se esperar que a sua estrutura ocupacional reflita estas transformações.

Observamos que uma característica marcante do perfil demográfico do período considerado tem sido a migração interna.

À medida que a sociedade passa de um estágio agropastoril para outro urbano-industrial, é de se esperar que ocorra concentração das atividades econômicas (indústria, comércio, prestação de serviços e administração) na cidade. Ora, a consequência é ocor-

rer concomitantemente a concentração demográfica.

Além desse aspecto, a dinâmica do desenvolvimento brasileiro forjou um outro perfil em termos de concentração urbano-industrial em torno do Centro-Sul, tendo São Paulo como pólo básico desse processo concentrador.

A área compreendida em um eixo imaginário, ligando São Paulo, Campinas, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Santos - São Paulo, passou, a partir dos anos 50 e de forma mais efetiva a partir da década de 60, a concentrar significativamente as atividades econômicas nos setores secundário e terciário.

À medida que ocorre transferência de mão-de-obra do setor primário para os demais e estes estão concentrados fundamentalmente nas cidades e, em termos geográficos, ao longo do litoral, principalmente nos limites mencionados, o resultado só pode ser uma concentração crescente de pessoas.

Essa concentração se processa pela dinâmica dos fatores de expulsão das áreas de origem, no caso brasileiro, meio rural e Região Nordeste, principalmente, e de atração, representado, como alguns dizem, pelas luzes da cidade.

O certo, porém, é que parcela considerável da população é atraída pelas oportunidades ou desvantagens comparativas.

Nessa dinâmica, nem sempre o resultado é o melhor para todos. No entanto, estudos têm

demonstrado que, mesmo nas condições de pobreza absoluta em que elevados contingentes de migrantes se encontram na cidade, a nível de decisão pessoal, esta situação por certo ainda lhes é mais vantajosa do que a desfrutada em sua área de origem.

Quando tal não acontece, a migração de retorno ou a busca de um novo destino é a decisão imediata. Nota-se, mesmo, que boa parte da população migrante nas frentes pioneiras já experimentou dois ou mais estágios migratórios. O mesmo ocorre com parcela considerável dos residentes em favelas, cujo tempo de residência é inferior a 20 anos.

Voltando à questão da estrutura ocupacional, em 1940 o setor primário era responsável pela absorção de 64% da mão-de-obra, passando para 32,5% em 1980, enquanto o setor secundário passou de 10,1% para 23,8%, e o terciário de 25,9% para 43,7%. Sem dúvida, constata-se uma mudança significativa em termos de estrutura ocupacional no Brasil nas últimas quatro décadas.

Verificam-se, pois, algumas mudanças sócio-ocupacionais e culturais que podem ser, parcialmente, responsáveis pela alteração do perfil demográfico no período.

Dentre essas mudanças destacamos:

a) elevação do nível educacional, de saúde e saneamento da população;

b) transferência de um elevado contingente rural para o meio urbano, alterando-se hábitos, cos-

tumes, padrões de comportamento, enfim, o estilo de vida;

c) participação crescente da mulher na força de trabalho;

d) abertura de canais de mobilidade social ascendente;

e) início da criação de uma sociedade afluyente, onde os padrões de comportamento se orientam por uma óptica de consumo, impondo às pessoas uma nova ética que passa a moldar uma mundivivência diferente da que possuía no meio rural ou na pequena cidade, alterando, inclusive, as expectativas quanto ao tamanho da família.

CONCLUSÃO

Após analisar de forma sintética o quadro demográfico brasileiro, tomando o período de 1940/80 como base dessa análise, pode-se destacar alguns aspectos, a título de conclusão.

Antes, porém, necessário se torna alertar para as limitações que qualquer análise comporta, mesmo porque a matéria é complexa e controvertida.

No entanto, os aspectos a seguir, mencionados a título de conclusão, não levam a marca do dogmatismo, inserindo-se apenas como posturas a serem consideradas na correta compreensão da chamada questão demográfica brasileira.

Alguns desses aspectos chegam a ter o sabor do óbvio. Todavia, como algumas vezes o óbvio não é considerado, talvez com o propósito de mistificar a pró-

pria realidade e distorcer os fatos, julgamos oportuno uma retomada de tais pontos, a partir dos quais é possível não apenas uma melhor compreensão da conjuntura atual, mas também ter da mesma uma visão prospectiva.

A compreensão do perfil demográfico de um país só é possível dentro de uma visão de médio e longo prazos. Em demografia não faz sentido as análises para períodos inferiores a uma década, uma vez que as grandes transformações se processam a partir de pelo menos uma geração.

Desta maneira, o período considerado, de quatro décadas, permite uma visão de conjunto e menos sujeita a flutuações abruptas.

Assim, ao longo do período mencionado observa-se uma tendência acentuada no ritmo do crescimento demográfico brasileiro.

De um lado constata-se uma acentuada queda das taxas de natalidade e de mortalidade. De início essa queda é mais significativa para a taxa de mortalidade. Somente a partir dos anos 60 é que essa tendência se fez notar quanto à taxa de natalidade.

Tal fato é explicável inicialmente pelo avanço do conhecimento e a sua aplicação de forma mais efetiva com vistas à preservação da vida, enquanto ocorrem resistências culturais, religiosas, políticas quanto à utilização de modernas técnicas contraceptivas.

Em decorrência, o incremento demográfico se mantém elevado,

causando um certo alarmismo quanto às suas conseqüências.

A partir da década de 60 e, de forma mais intensa, no último período intercensitário, percebe-se uma certa universalização quanto ao uso de contraceptivos e um certo abrandamento das resistências até então existentes.

Além do uso massivo de contraceptivos, diversas outras mudanças ocorrem na sociedade brasileira, decorrentes por sua vez de sua transformação macroestrutural de sociedade agrária em urbano-industrial.

Dentre essas mudanças, a par da liberação dos costumes, ocorre uma elevação significativa nos índices educacionais em geral e a crescente participação da mulher na força de trabalho, além das exigências que o meio urbano coloca em termos de constituição e manutenção da família.

Estudos internacionais indicam que a transição demográfica ocorre concomitante com o desenvolvimento dos países, principalmente em termos de seu crescimento econômico.

Não há dúvida de que o Brasil, no período considerado, principalmente a partir da década de 50, tem experimentado elevadas taxas de crescimento, conforme dados apresentados neste estudo, daí resultando as mudanças em seu perfil demográfico.

Outro aspecto significativo se refere à crescente urbanização do País e sua concentração significativa nas capitais e regiões metropolitanas.

Além disso, em termos espa-

ciais, a tendência é a concentração na faixa de até 200km ao longo do litoral e, de forma mais marcante, no perímetro compreendido pela Baixada Santista, Grande São Paulo, Campinas, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, e, novamente, Baixada Santista.

Constata-se, no momento, que nessa área se concentram as suas maiores regiões metropolitanas, o maior parque industrial, o centro financeiro do País, além de inúmeros outros setores econômicos.

A tendência que se observa é a ampliação desse processo concentrador econômico-social e político e, logicamente, a concentração demográfica.

Estudos demográficos indicam que, dentro de pouco tempo, as regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro deverão atingir, respectivamente, 25 e 19 milhões de habitantes.

Tal fato representa um desafio à capacidade do Estado, do Governo e da sociedade para antecipar-se e buscar soluções aos "problemas" daí decorrentes.

No entanto, é bom que se diga que tal crescimento não é oriundo apenas das "elevadas" taxas de natalidade, mas principalmente em função das migrações internas.

Diante desse quadro, a idéia de que o planejamento familiar seja a panacéia para todos os problemas nacionais pode representar uma falácia, uma vez que seus resultados só se fazem sentir a longo prazo, ao mesmo tempo que mascara outros desafios co-

mo: as migrações internas, a elevada concentração de renda, riqueza, privilégios e oportunidades econômicas e sociais.

Concluindo, não se pode mais falar em explosão populacional no Brasil de hoje. A questão demográfica não pode ser encarada

como um fato isolado no contexto nacional. Há que ser inserida em um contexto mais amplo, juntamente com outros tantos problemas que reclamam análise séria e o seu correto equacionamento longe da exacerbação político-ideológica.



Professor Juacy da Silva: Bacharel em Ciências Políticas e Sociais (Sociologia Política), M.Sc. Sociologia, Curso Superior de Guerra, Doutorando em Educação. É Professor Titular da UFMT, Coordenador de Pesquisa e Extensão da UFMT, Membro do Corpo Permanente da ESG, Chefe da Divisão de Pesquisa e Doutrina da ESG e Diretor do Departamento de Estudos da ADESG.